

Ata N.º	22/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 22/2015 DE 20 DE NOVEMBRO

----- Aos **vinte** dias do mês de **novembro** do ano de **dois mil e quinze**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima segunda reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, não pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara, estando presente toda a Vereação, Sr.^a Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, Sr. Carlos Dias Mota e o Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Assistente, Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta e cinco minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”** -----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Sessão ordinária da Assembleia Municipal.** -----

----- O Sr. Presidente informou a Vereação de que a última sessão ordinária do ano em curso da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva irá ter lugar no próximo dia 27 de novembro. -----

----- **b) Ceia de Natal da Câmara Municipal.** -----

----- O Sr. Presidente informou a Vereação de que a Ceia de Natal da Câmara Municipal irá ter lugar no próximo dia 18 de dezembro, pelas 19h30, no restaurante “Quinta da Ponte”, em Pendilhe, sendo oferta do Município aos respetivos trabalhadores. Para participar na ceia os Srs. Vereadores devem comunicar a sua inscrição o mais breve possível à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 06 de novembro de 2015**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata. -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- **a) Rui Jorge Morais Pereira, de Touro** – Por requerimento registado no dia 6 de novembro, solicita a regularização do licenciamento de edifício destinado à exploração pecuária (aviário), sito no Lugar de Fontainhas, na povoação da Cerdeira, da freguesia do Touro, ao abrigo do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro – Processo n.º 104/2015 – Informação n.º PL-297/DTOU/15, de 11 de novembro de 2015 – Proposta de deliberação de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento/instalação em causa, a apresentar à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal nos termos e ao abrigo da alínea a), do n.º 4, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, atendendo à importância da manutenção dos postos de trabalho na localidade e à necessidade de conservação da dinâmica económica da freguesia onde está inserido, caracterizada pela desertificação e migração. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Empreitada de “Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamentos I, J, K, L, M, N, O, e P em Vila Nova de Paiva”** – Processo n.º 263 – Adjudicatário: Engenharia e Construção, S.A. – Auto de medição de trabalhos normais n.º 9, no valor, excluído o IVA, de € 10.729,73 (dez mil, setecentos e vinte e nove euros e setenta e três cêntimos) – Informação N.º 116-P/15, de 04 de novembro de 2015, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respetivo pagamento.-----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Conhecimento da 14.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 15.ª alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2015**, aprovadas por Despachos do Sr. Presidente da Câmara de 29 de outubro de 2015, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento e recebeu exemplares das alterações. -----

Ata N.º	22/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

----- **b) Conhecimento da 15.^a Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 16.^a alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2015**, aprovadas por Despachos do Sr. Presidente da Câmara de 30 de outubro de 2015, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento e recebeu exemplares das alterações. -----

----- **c) Sónia Alexandra Lisboa Fernandes, de Vila Cova à Coelheira** – Por requerimento registado em 2 de novembro de 2015, apresenta candidatura ao Incentivo à Natalidade e Adoção do Município de Vila Nova de Paiva pelo nascimento de segundo descendente em 10 de agosto de 2015 – Análise da candidatura – Informação n.º 90-USC-15, de 09-11-2015, da Unidade Social e Cultural (USC). ----

----- **DELIBERAÇÃO:** Considerando que o Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade e à Adoção aprovado pelo Regulamento N.º 724/2015 publicado na 2.^a Série do Diário da República n.º 204, de 19 de outubro de 2015, entrou em vigor em 20 de outubro; considerando que nestas conduções não se verifica enquadramento do pedido no art.º 7.º; considerando no entanto que a situação demográfica do Município é extremamente preocupante e importa incentivar a natalidade, o Executivo deliberou por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil euros, idêntico ao previsto na alínea b) do n.º 2 do art.º 15.º do Regulamento n.º 724/2015, aplicando-se assim os termos da sua atribuição por analogia com aquelas disposições regulamentares. -----

----- **d) Definição dos Objetivos Estratégicos Plurianuais no âmbito do regime de avaliação do desempenho (SIADAP) para o período de 2016 a 2017** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 16 de novembro de 2015. -----

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) O Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro, adapta aos serviços da Administração Autárquica o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP) aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro.

b) O SIADAP assenta numa conceção de gestão dos serviços públicos centrada em objetivos, pelo que, neste sentido, na avaliação das unidades orgânicas, dos dirigentes e demais trabalhadores assumem um papel central os resultados obtidos em relação aos objetivos previamente fixados, que devem ser medidos mediante

indicadores previamente fixados que permitam, entre outros, a transparência e imparcialidade e a prevenção da discricionariedade.

c) No caso deste Município, o SIADAP aplica-se ao desempenho das unidades orgânicas, dos respetivos dirigentes intermédios e demais trabalhadores, numa conceção integrada dos sistemas de gestão e avaliação, permitindo alinhar, de uma forma coerente, os desempenhos dos serviços e dos que neles trabalham, integrando assim três subsistemas, o Subsistema de Avaliação do Desempenho das Unidades Orgânicas (SIADAP 1), o Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Dirigentes Intermédios (SIADAP 2) e o Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores (SIADAP 3), que terão que funcionar de forma integrada pela coerência entre objetivos fixados no âmbito do sistema de planeamento, objetivos do ciclo de gestão do Município, objetivos das unidades orgânicas e objetivos fixados aos dirigentes intermédios e demais trabalhadores.

d) O SIADAP deve ainda integrar-se no ciclo anual de gestão dos municípios, o qual apresenta as seguintes fases (art.º 5.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009):

– Fixação dos objetivos de cada unidade orgânica para o ano seguinte, tendo em conta as suas competências orgânicas, os objetivos estratégicos plurianuais determinados pela Câmara Municipal, os resultados da avaliação do desempenho e as disponibilidades orçamentais;

– Aprovação do orçamento e aprovação, manutenção ou alteração do mapa do pessoal, nos termos da legislação aplicável;

– Definição das atividades para o ano seguinte, indicadores de desempenho da Câmara Municipal e de cada unidade orgânica;

– Monitorização e eventual revisão dos objetivos da Câmara Municipal e de cada unidade orgânica, em função de contingências não previsíveis ao nível político ou administrativo;

– Elaboração do relatório de atividades, com demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados e o relatório de autoavaliação.

e) Para implantação do SIADAP importa a Câmara Municipal definir os objetivos estratégicos plurianuais para o período de 2016 a 2017, para poderem ser fixados os objetivos operacionais de cada unidade orgânica e os objetivos individuais para os dirigentes intermédios e demais trabalhadores, tendo em tenção os ciclos avaliativos atuais.

Assim, em conformidade com o disposto na alínea a) do art.º 5.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, a aprovação dos seguintes Objetivos Estratégicos

Ata N.º	22/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

Plurianuais para o período de 2016 a 2017, idênticos aos aprovados por deliberação tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 1 de Julho de 2010, que ficaram sem efeito dado não ter sido implementado o SIADAP aos serviços municipais:

*1.º) **Melhoria da qualidade de vida dos Municípios**, tendo como principal finalidade a elevação dos níveis de qualidade de vida dos Paivenses, o que passa por uma forte aposta nomeadamente na educação, cultura, tempos livres e desporto, e na cidadania;*

*2.º) **Sustentabilidade e desenvolvimento do Município**, que tem como finalidades principais fomentar a inclusão social e a fixação das populações, a valorização dos recursos ambientais e a coesão territorial e promover a dinamização de atividades económicas;*

*3.º) **Afirmação e promoção da identidade do Município**, que tem como finalidades principais a valorização do património natural, do património histórico, da cultura e do desporto como fatores de afirmação da identidade local e da projeção externa do Município a nível regional e nacional;*

*4.º) **Gestão autárquica eficaz e financeiramente sustentável**, que tem como finalidades principais o fomento da qualidade da governação autárquica, a aposta na qualificação das pessoas e na eficiência organizacional, e a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos Municípios.”*

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta acima transcrita.-----

----- **e) Fixação da percentagem de 5% de participação municipal no IRS do ano de 2016, a liquidar pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) em 2017** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 16 de novembro de 2015. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) De acordo com o n.º 1 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro, que aprova o atual regime financeiro das autarquias locais (doravante RFAL) e das entidades intermunicipais, em vigor desde 1 de janeiro de 2014, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante

afeto ao designado Índice Sintético de Desenvolvimento Social nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do RFAL.

b) A participação no IRS depende de deliberação do município quanto à percentagem pretendida, a qual deve ser comunicada por via eletrónica à Autoridade Tributária e Aduaneira (doravante AT) até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos (n.º 2 do art.º 26.º do RFAL). Tal significa que, relativamente a um dado ano n, durante o qual a AT efetua a liquidação do IRS relativa a rendimentos do ano anterior (n-1), deve o município, nos termos do art.º 26.º do RFAL, comunicar a deliberação supra até 31 de Dezembro do ano n-2.

c) Em 2017 a AT irá liquidar o IRS relativo aos rendimentos do ano de 2016, pelo que devem os municípios, nos termos do n.º 2 do art.º 26.º do RFAL, deliberar no ano em curso de 2015 sobre a percentagem pretendida quanto à participação variável no IRS a comunicar àquele AT, por via eletrónica, até ao próximo dia 31 de dezembro.

d) De acordo com o n.º 3 do art.º 26.º do RFAL, em caso de ausência de comunicação ou a sua receção para além do prazo legalmente estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios.

e) Na atual conjuntura económica o Município não tem condições objetivas para poder fixar uma percentagem de participação no IRS inferior a 5%, desde logo devido à redução das transferências do Orçamento do Estado para o Município verificadas desde 2010. Recorde-se que as transferências do Orçamento do Estado destinadas a este Município diminuíram em 15,56% de 2010 a 2014, o que representou uma perda de receita para o Município no montante de € 678.326,00, que muito embora com alguma recuperação em 2015 (+ € 226.768,00 que em relação a 2014), ainda assim representa uma diminuição em € 451.558,00 em relação ao ano de 2010, ou seja uma perda de receita na ordem dos 10,36%.

f) As deliberações em matéria de exercício dos poderes tributários do município são da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, como estabelece a alínea c), do n.º 1, do art.º 25.º do RFAL.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere decidir pela manutenção da participação de 5% no IRS relativo aos rendimentos do ano de 2016, a liquidar pela AT em 2017, não carecendo, nestas circunstâncias, a presente proposta de ser submetida à apreciação da Assembleia Municipal, devendo tal decisão ser comunicada à AT, por via eletrónica, até ao próximo dia 31 de dezembro.”

Ata N.º	22/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe. -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira, embora votando favoravelmente a proposta, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Tendo em conta que têm vindo a ser adotadas medidas que visam manter, ou mesmo reduzir, algumas taxas aplicadas por este Município, tal como redução do IMI em função do número de filhos no seio do agregado familiar, tendo em conta, ainda, que têm sido adotados novos regulamentos, tal como os Vereadores do PSD vinham a alertar, mais favoráveis às famílias do concelho, destacamos, a título de exemplo o novo “Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade e Adoção” e embora sempre tenhamos defendido uma redução da participação Municipal em sede de IRS, aceitamos, extraordinariamente, que esta se mantenha nos 5% para o ano 2016. No entanto, pensamos que esta medida deverá assumir carácter prioritário para os anos subsequentes, sendo que no próximo ano apenas aceitaremos discutir e votar favoravelmente uma proposta que vise uma redução efetiva da participação deste Município em sede de IRS.” -----

----- **f) Abertura de procedimento de concurso por classificação para atribuição de quatro fogos municipais de habitação social** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 16 de novembro de 2015.-----

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, do seguinte teor integral: -----

“ Considerando que:

a) De harmonia com o disposto no n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Fogos de Habitação Social em Regime de Renda Apoiada aprovado pelo Edital n.º 1.049/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 207, de 25 de Outubro de 2010, sempre que existirem habitações sociais disponíveis, a Câmara Municipal deve proceder à abertura de concurso pelo prazo de 30 dias úteis;

b) No âmbito da reforma dos regimes de arrendamento urbano, foram entretanto publicadas a Lei n.º 79/2014, de 19 de dezembro, que revê o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) e regula as denominadas rendas livres, a Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro, que estabelece o novo Regime de Renda Condicionada dos contratos de arrendamento para fim habitacional, e a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, que aprova o novo Regime de Arrendamento Apoiado para habitação e regula a atribuição de habitações neste regime, e revoga toda a legislação relativa ao regime da renda apoiada, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio.

c) Há neste momento quatro habitações sociais disponíveis – habitações unifamiliares – sitas na vila de Vila Nova de Paiva, da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas, com a tipologia e localização seguintes:

Bairro do Outeiro do Facho

- 1(um) T1 – Casa n.º 4 sita na Travessa Dr. Adelino Amaro da Costa, n.º 4;
- 1 (um) T4 – Casa n.º 2, sita Rua do Outeiro do Facho, n.º 2;

Bairro Mártir São Sebastião (Av. Aquilino Ribeiro)

- 1 (um) T2 – Casa n.º 11 sita no Bairro Mártir São Sebastião, n.º 11;
- 1 (um) T2 – Casa n.º 13, sita no Bairro Mártir São Sebastião, n.º 13.

d) A atribuição das referidas habitações em regime de arrendamento apoiado efetiva-se mediante procedimento de concurso por classificação, sendo atribuídas aos candidatos que concorram no período fixado para o efeito e que obtenham a melhor classificação em função dos critérios de hierarquização e de ponderação estabelecidos no n.º 2 do artigo 3.º do referido Regulamento Municipal, conjugados com as disposições aplicáveis da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro.

e) O concurso tem a validade de um ano, contado da data de afixação do Edital de abertura do concurso no átrio dos Paços do Município, eventualmente prorrogável pela Câmara Municipal nos termos do n.º 3 do art.º 9.º do Regulamento Municipal, sendo válido para as habitações agora a concurso quer para as que vagarem naquele período.

Assim:

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do art.º 9.º do referido Regulamento Municipal, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, que delibere:

1.º) Autorizar a abertura de procedimento de concurso por classificação para atribuição das habitações sociais, que obedecerá às normas disciplinadoras constantes do referido Regulamento Municipal, conjugadas com as disposições da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro.

2.º) Aprovar o Programa do Concurso anexo e respectivo Edital de abertura do procedimento de concurso;

3.º) Designar a Comissão de Avaliação prevista no Programa do Concurso, com a seguinte constituição:

– Presidente: Dr. Pedro Nuno Serra Pires, Chefe da Unidade Social e Cultural (USC) da Câmara Municipal;

– Vogais Efetivos: Dr. Paulo Diamantino de Almeida Ramos, Técnico Superior (área de direito) afeto à Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU) da Câmara

Ata N.º 22/2015	
Livro N.º	Folha N.º
37	

– *Vogais Suplentes: Jorge Manuel Clara de Carvalho, Coordenador Técnico em serviço na Divisão de Administração e Finanças (DAF) da Câmara Municipal, e Regina Almeida Ramos, Coordenadora Técnica em serviço na Divisão de Administração e Finanças (DAF) da Câmara Municipal.*”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada e autorizar a abertura do procedimento.-----

----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e quarenta e cinco minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----

This image shows a full page of handwriting practice paper. It features a series of horizontal lines designed to guide letter formation. The top section consists of five solid black lines spaced evenly apart. Below this, there are ten pairs of dashed black lines, each pair forming a narrow band for practicing letter height and placement. The entire page is white and contains no other markings or text.